

O JORNAL DE NOTÍCIAS E A REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891

por **Fernando de Sousa**

1. Introdução

Na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, algumas unidades militares do Porto revoltaram-se com o objectivo de derrubar a Monarquia e proclamar a República, acontecimento que acabou por ter profundas repercussões na evolução da vida política portuguesa e que permanece bem viva na memória colectiva da nossa cidade.

Como é que o *Jornal de Notícias* relatou e analisou este facto?

Antes de respondermos a esta questão importa saber o que era, ao tempo, o próprio *Jornal de Notícias*.

2. O Jornal de Notícias em 1890-1891

Quando a revolta de 31 de Janeiro eclodiu, o *Jornal de Notícias* contava pouco mais de dois anos de existência. Com efeito, este quotidiano fundou-se em 1888, por iniciativa de algumas figuras do Partido Regenerador, entre as quais se contavam os irmãos Arroio, Manuel Vaz de Miranda e Aníbal da Costa Morais.

O *Jornal de Notícias* combatia assim, como ele próprio afirma, «nas fileiras do partido regenerador», uma vez que entendia ser aquele agrupamento partidário o mais patriótico e isento na gestão dos negócios do Estado e na administração pública.

Quer isto dizer que este periódico era tão só um órgão político, representante de uma das forças partidárias mais importantes da Nação?

De modo algum. O recém-criado matutino afirma-se, sobretudo, como um jornal preponderantemente noticioso, colocando-se, desde a sua origem, ao nível dos melhores quotidianos da cidade no plano da informação nacional e internacional.

O Jornal de Notícias é ainda um periódico que se propõe defender «os interesses e as regalias populares sempre que hajam sido ofendidos». Trilhando a estrada do amor pátrio, repelindo a desonestidade e a corrupção da «atmosfera política nacional» o *Jornal de Notícias* declara estar ao lado do povo.

Desde as suas origens, este jornal de quatro páginas e de grande formato (42cm x 60cm) como todos os grandes diários da época, ao preço de 10 réis, e com uma tiragem de 16 000 exemplares em 1981 (começara em 1888 com 7 500 exemplares) procurou conciliar, e indubitavelmente com êxito, as suas obrigações de natureza partidária com a sua vocação eminentemente popular.

Quando se deu a revolta de 31 de Janeiro de 1891, o *Jornal de Notícias* assume-se, pois, como um periódico monárquico, em última análise, um jornal que defendia o Partido Progressista, que nessa altura se encontrava na oposição¹.

3. Antecedentes da revolta

Um jornal particularmente atento à difícil conjuntura política que Portugal atravessava, na sequência do *Ultimatum*, isto é, da exigência inglesa de abandonarmos os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, cartografados no célebre *mapa cor-de-rosa*, e que, em 1890, pôs fim ao sonho da construção em África de um vasto império lusíada, do Atlântico ao Índico.

O *Ultimatum* provocou uma importante agitação popular, sobretudo na capital, e levou à criação da *Liga Patriótica do Norte*, no Porto, sob a direcção de Antero de Quental, a qual, porém, depressa se dissolveu.

Na sequência da afronta inglesa, o governo progressista foi obrigado a demitir-se, tendo sido imediatamente substituído por um executivo regenerador chefiado por Serpa Pimentel, e de que fazia parte João Arroio, um dos fundadores e o director do *Jornal de Notícias*.

¹ Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A memória de um século*, Porto, edição do Jornal de Notícias, 1988.

O periódico logo assumiu uma atitude moderada quanto às manifestações públicas contra a Inglaterra, demasiado numerosas, segundo ele próprio declara. É certo que regista os protestos e as manifestações públicas contra a afronta britânica e declara ser incontestável que se o partido progressista se conservasse no poder, «nós estaríamos agora sendo propriedade da Inglaterra».

Mas louva a Associação Comercial do Porto que, face aos acontecimentos, reagiu com prudência... e tardiamente, aliás, como a própria cidade, surpreendida entre a humilhação do insulto e os interesses económicos dependentes do mercado inglês, a começar pelo vinho do Porto, que convinha acautelar.

Em Março desse mesmo ano eleva a sua tiragem de 12 500 para 16 000 exemplares, a fim de apoiar os regeneradores, em especial, João Marcelino Arroio, durante a campanha das eleições legislativas, cuja vitória celebrou ruidosamente.

E, logo de seguida, procura demonstrar a inutilidade da agitação suscitada pelos republicanos e progressistas, em ordem a insurreccionar o País, uma vez que a nação, perante o *Ultimatum*, continuava a manter uma atitude «fria, digna e independente».

Perante a demissão do governo que ocorre em Outubro de 1890, o *Jornal de Notícias* vai responsabilizar única e exclusivamente a oposição por tal facto e prevê lucidamente o drama que se segue.

Tornava-se necessário — recomendava o matutino portuense — , acautelar o País, uma vez que o Partido Republicano Português insultava tudo e todos a esmo, conspirava abertamente contra a segurança do Estado e sonhava com o Iberismo. Os republicanos tinham ensinado uma «malandragem de criminosos e larápios» a dar gritos contra a Monarquia, a atacar as estações da polícia, a saquear os estabelecimentos comerciais, gerando o pânico e a anarquia. Se os progressistas atacavam o governo, previne o *Jornal de Notícias*, os republicanos atacavam o regime.

De facto assim aconteceu. A 31 de Janeiro de 1891 estalou a revolta que pretendia liquidar a Monarquia.

4. A descrição dos acontecimentos

Mas vejamos como é que o *Jornal de Notícias*, na oportunidade, cobriu os acontecimentos, aos quais dedicou a sua primeira grande reportagem e mesmo um suplemento, também o primeiro que publicou não dedicado a eleições, transcrevendo a notícia da sublevação.

4.1. *«O começo da revolta»*

Anteontem à noite correram insistentemente no Teatro de S. João boatos de que as tropas da guarnição desta cidade se preparavam para sair dos quartéis às primeiras horas da madrugada, premeditando uma revolta militar.

Era impossível apurar-se a origem destes boatos, mas o que é certo é que eles andavam em todas as bocas, preocupando muitas e muitas pessoas, entrando nós nesse número. A nossa desconfiança de que se tratava realmente de alguma coisa grave aumentou ainda mais quando vimos reunidos naquele teatro, conferenciando em voz baixa, os dois comissários de Polícia, o administrador do Bairro Ocidental e o ilustre coronel de Infantaria n.º 18, D. José de Menezes (Cabanellas). Estas autoridades saíram pouco depois daquela casa de espectáculos, e então para nós cessou completamente a dúvida.

No interesse de bem informar os nossos leitores saímos especialmente com o fim de percorrer os diversos quartéis da guarnição, o que fizemos pouco antes das duas horas da madrugada de ontem, sem nada notarmos de anormal naqueles edifícios de onde a breve trecho deveria partir um sério movimento militar, que teve desgraçadas consequências.

Eram duas horas da noite quando principiaram a convergir ao Campo de Santo Ovídio forças dos regimentos de Caçadores 9 e Infantaria 10 e 18 a que vieram juntar-se parte dos esquadrões de cavalaria 6 e guarda fiscal.

Dentro do quartel de Infantaria 18 havia grande alarme. Algumas praças insubordinadas levantavam gritos sediciosos a que correspondiam os militares formados em quadrado a meio do Campo.

Às duas e meia, a Municipal ocupava as embocaduras de todas as ruas que convergem para o Campo de Santo Ovídio. Eram três horas, em virtude de ordem superior, as forças da Municipal retiravam. Então, os revoltosos, criando alento, passaram para as traseiras do quartel. A este tempo o povo acorria de todos os lados. Alguns populares e soldados, por entre grande vozeria, confusão de vivas e morras, arrombaram o portão que dá entrada para o quartel. Com uma força do 10 de Infantaria, destacada da linha, o capitão Leitão, chefe dos revoltosos, entrou na parada do quartel. Encontrou-se com o corajoso comandante do regimento 18, sr. João de Menezes, a quem pediu para aderir ao movimento. Alguns paisanos intervieram em favor do capitão Leitão. Respondeu o sr. Cabanellas que era dever seu manter a disciplina, tendo de conservar-se fiel ao seu juramento de militar. Então, o actor Verdial pediu para que a força retirasse e o deixassem falar em particular com o sr. João de Menezes. A força retirou imediatamente, ficando dentro do quartel o actor Verdial. Não sabemos qual o assunto da conversa havida entre os dois.

Cá fora, a soldadesca insubordinada fazia uma gritaria insurdecadora. Nisto aparece a música do 10 de Infantaria que forma à frente das tropas, executando «A Portuguesa». As cometas tocaram, e as forças puseram-se em marcha, enquanto alguns populares a saudavam e os sinos da Lapa tocavam a rebate.

4.2. *O desfilar das tropas*

Amanhecia. As tropas desfilaro pelo Campo de Santo Ovídio, envolviam-se do clarão rubro da aurora, despontado acima de nuvens densamente cinzentas, a que as casarias da cidade pareciam recostar-se numa sonolência triste. Abriam-se janelas onde apareciam vultos brancos, apavorados. Ao som da «Portuguesa» os regimentos, sob o comando de um capitão, de um tenente e de um alferes, marchavam com imponência

guerreira, mais parecida com a retirada triunfante de uma batalha do que com o avançamento para a luta. Às portas, às janelas, às esquinas das ruas, apareciam caras extremonhadas, de olhos pasmados, como que interrogando os militares sobre o que se estava passando. Os gritos, os vivas repetidos, confusos, ilucidavam-nos sobre o movimento.

As forças compunham-se de 110 praças de caçadores 9, e o subalerno Malheiro, que os acompanhou desde a cadeia, onde estava de guarda, 80 de Infantaria 10 com um subalerno e o capitão Leitão, e quarenta e tantas de Infantaria 18, uma força de Cavalaria e uma companhia de Infantaria da Guarda Fiscal em força de cento e tantas praças, e um destacamento de Cavalaria 6 de vinte e tantas praças. Reuniram-se na Praça de D. Pedro, formando Infantaria 10 em frente dos Paços do Concelho e as restantes dos lados.

4.3. *A proclamação da República*

Um grupo de republicanos, aproveitando o momento, atravessou por entre a multidão de curiosos, soltando vivas. Saudou o Exército e invadiu o edifício da Câmara, cuja entrada ficou guardada por uma força de Infantaria. Subiu ao salão de espera, o grupo republicano, em que figuravam os dr. Alves da Veiga, Santos Cardoso, actor Miguel Verdeal, Felisardo de Lima, Pinto Canedo, Dionísio Ferreira dos Santos Silva e outros. Apareceram às varandas do edifício, sendo acolhidos com palmas pela soldadesca.

O sr. Alves da Veiga tomou a palavra, falando por alguns longos minutos. O actor Verdeal anunciou que estava organizado o governo provisório local, tendo como presidente Rodrigues de Freitas, e vice-presidente José Ventura dos Santos Reis. Os restantes eram os srs. Joaquim d'Azevedo Albuquerque, Licínio Pinto Leite, Alves da Veiga e José Maria da Costa e Silva. Sabemos que alguns destes indivíduos não foram consultados.

Seguidamente um troço de soldados acompanhado de populares desceu da Rua de Sá da Bandeira, trazendo uma bandeira vermelha com uma inscrição em caracteres verdes. A bandeira deu entrada nos Paços do Concelho, sendo mostrada da janela pelo dr. Alves da Veiga. Daí a pouco, essa bandeira era içada no mastro que encima a frontaria do edifício.

4.4. *Preparativos de ataque ao Telégrafo e ao Quartel General*

Içada a bandeira, entre os soldados houve um momento de indecisão. Todos queriam saber para onde iriam e o que tinham a fazer, dirigindo perguntas neste sentido aos paisanos. A nós declarou-nos um oficial, que não se entendia com a desordenação em que se achava o movimento, protestando até certo ponto contra a intervenção de alguns indivíduos, arvorados de momento em chefes, e que determinavam cada qual sua coisa.

Falava-se em ir tomar o telégrafo, cortando as linhas e deixando apenas uma para serviço dos revoltosos, porque, constava, o movimento era geral. Já em Coimbra dizia-se que os estudantes, auxiliados por Infantaria 23, tinham interceptado a passagem dos comboios e em Lisboa acrescentava, a causa triunfara.

De repente, constou que a Municipal se achava formada no Largo da Batalha.

Como que se presentiu um certo receio nos soldados em avançar, conquanto alguns apregoassem que a Municipal aderia.

No Regimento de Caçadores 9, que tem à sua frente o alferes Malheiro, a quem os soldados respeitosa e chamavam seu comandante, abre-se um largo sorriso de alegria. É a sua banda que a correr vem postar-se-lhe à frente.

Nisto ouve-se um toque de corneta, as bandas tocam a «Portuguesa» e os revoltosos põem-se em marcha pela ladeira de Santo António. Tomam o centro da rua, dos lados a multidão popular acompanha-os, levantando vivas. A Municipal numa disciplina de ferro, comandada pelo capitão Ávila lá está ao cimo, fazendo frente.

4.5. *A batalha da Rua de Santo António. O terror. Feridos e mortos*

Até meio da rua as tropas desfilam animadas, ouve-se o som das músicas por entre a vozeria ensurdecadora, ninguém presente a luta horrível que vai travar-se.

Éramos dos que caminhávamos ao lado de caçadores 9, não supondo nem de longe, que a curiosidade poria em risco a nossa vida.

Há um recuamento de povo, os regimentos suspendem a marcha, por entre as baionetas, olhando, como através de um nevoeiro prateado, é difícil observar o que se passa ao cimo da rua. Serena o rápido pavor da multidão, a marcha é lenta, hesitante. Do meio do Regimento de Infantaria 10, partem dois tiros imprudentes, que foram, talvez, a causa daquela sangrenta batalha, em que alguns alucinados vieram, quase inconscientemente encontrar a morte — morte tristíssima, que não teve ao menos a glorificá-la um triunfo aparente por parte dos revoltosos sobreviventes.

Aos dois tiros disparados para o ar seguiu-se com intervalo de dois segundos uma descarga sobre a Municipal que retorquiu por sua vez. Então, ao nosso lado, aquela figura elegante e suave de um sorriso bondoso no rosto franco, o alferes Malheiro levantando a espada incitou o «9» com palavras enérgicas. E todos os soldados, tomando o passeio direito da rua, entraram em fogo sob o comando dessa criança alucinada. As balas zumbiam, cruzando-se de lado a lado numa sutileza de ventania cortante, fria, de Inverno. O pavor atingia o máximo extremo.

Os populares, homens, mulheres, rapazitos, agachando-se num instintivo movimento, silenciosos, como quem se sente de surpresa sob as garras da morte e procura furtar-se-lhe, sem valor para encará-la, caíam ao longo dos passeios, uns por sobre os outros, amarfanhando-se, espezinhando-se, rasgando-se, num movimento arrastado à procura das portas abertas, para onde se introduziam de rastos.

Paralisados de terror, só ao ver cair por terra alguns soldados, o infeliz alferes, bem digno de aproveitar a sua coragem numa acção mais valiosa, mais séria e digna, que o tornasse um herói, é que tivemos a compreensão de todo o perigo corrido no meio daquela batalha em forma, de que os nossos olhos conservarão eternamente a impressão horrrosa. Agachamo-nos também e quase de rastos procurámos o abrigo de um portal. Por sobre nós as balas sibilavam arrepiantes, e ouvíamos o estalido nas vidraças e nas ombreiras dos portais. Estivemos por momentos sob o peso esmagante da turba apavorada e sentimo-nos asfixiar! A grande custo, extenuando-nos num esforço que só podem ter os que sentem a grande necessidade de viver, entrámos num portal e sem saber como subimos para uma sala, que encontrámos cheia de gente. Cá fora, o tiroteio continuava aceso. Espreitando pelas vidraças que dão sobre a rua, viam-se soldados debatendo-se em lagos de sangue, num estortor horrorizante. De algumas janelas fazia-se fogo para o alto da rua.

Sobre o lagedo, viam-se abandonadas barretinas, espingardas, farrapos de fardas

e chapéus perfurados. O tiroteio, que principiara às 8 da manhã, durava ainda às 9 e meia.

Tomando as traseiras da casa onde nos refugiámos, vimos nas varandas e janelas das casas próximas homens em cabelo, de aspecto horrorizado, procurando saltar para os quintais. Em algumas casas havia grande acumulação de gente. Em grande risco, conseguimos nós e outros indivíduos descer por uma corda, de um segundo andar para o telhado do corredor que põe o Teatro Príncipe Real em comunicação com as escadas, que dão passagem de Santo António para o Sá da Bandeira. De quando em quando, ouviam-se detonações de revólveres, que nos dizem, partiam de algumas janelas da Rua de Santo António. Muitos dos soldados revoltosos refugiaram-se a meio do combate, e os restantes vieram concentrar-se na Praça de D. Pedro.

4.6. *Na Praça de D. Pedro*

Havia de ser meio-dia aproximado. Ao que parecia estavam decididos a manter o combate, mas vendo-se em número diminuto, entrincheiraram-se nos Paços do Concelho. Veio a Guarda Municipal que sustentou com os revoltosos um tiroteio de mais de uma hora, juntamente com as restantes forças que não aderiram, da Guarda Fiscal e de Infantaria 18. Este último regimento apareceu com a bandeira sob o comando do seu brioso coronel, que antes tinha ido receber ordens ao Quartel General.

A Artilharia, com peças assestadas, formou nos ângulos da Praça, Congregados e Lóios, coberta pelos atiradores de Primeira Companhia da Guarda Municipal.

Quando os revoltosos apareceram à porta a descarregar os últimos cartuchos, a Artilharia varreu-os, causando no edifício os danos que vão descritos noutra lugar.

Os revoltosos entrincheiraram-se de novo no edifício até que, passada meia hora, o sr. Sarmento, tenente-coronel comandante da Municipal, reconhecendo-os desprovidos de munições, resolveu atacar o edifício da Câmara à baioneta calada, arrombando os baixos. A Primeira Companhia atacou pelo lado da Travessa da Fábrica, a terceira pelo lado de Sá da Bandeira, e parte da quarta pela porta principal.

Dentro encontraram apenas armamentos, tendo os revoltosos fugido pelos quintais que dão para a Rua do Laranjal. Na fuga, os guardas fiscais deixaram abandonados oito cavalos. Foi arvorada então a Bandeira Nacional e guardada a republicana pelo sr. comandante de Infantaria 18.

Durante o tiroteio, foram-se entregando 33 praças revoltadas, que depois de desarmadas foram conduzidas ao Quartel General.

Na Rua do Almada houve também tiroteio entre revoltosos e soldados do «18».

4.7. *Depois do combate — aspecto das ruas*

O terror em que esteve toda a cidade durante o tiroteio, rendidos os revoltosos, que atravessavam a cidade debaixo de prisão, converteu-se numa consternação profunda. Em todos os rostos havia um ar dolorido, lutuoso, produzido pelos boatos que corriam, anunciando grande número de mortes.

Os soldados extenuados e cheios de fome, passavam pelas ruas, devorando pães debaixo de forma.

A Rua de Santo António, às 3 horas da tarde, tinha um aspecto desolador. Todos os estabelecimentos encerrados, vidraças despedaçadas, os vidros das montras partidos, os taipais das portas crivados de balas, as ombreiras lascadas, por toda a parte, enfim,

indícios da acção sangrenta de que fora teatro aquela íngreme ladeira. Sobre as lages dos passeios e nos rebates das portas, largas manchas de sangue coalhado»².

5. A objectividade da reportagem

O Quotidiano dá conta dos mortos, 12, e dos feridos, cerca de 40, se bem que durante muito tempo se suspeitasse de que as baixas teriam sido mais numerosas.

Da descrição dos acontecimentos, como se vê, sobressai que, para o *Jornal de Notícias*:

1 — no dia anterior à revolta corriam já boatos de que tropas se preparavam para sair dos quartéis... o que é verdade;

2 — um grupo de republicanos aproveitou-se da situação, «invadiu» o edifício da câmara onde anunciou o fim da Monarquia e anunciou a composição do Governo Provisório Republicano... como se os «civis», não estivessem a par da revolta, e não a tivessem preparado;

3 — a maior parte dos membros que integravam o Governo Provisório não tinha sido consultado para tal... o que corresponde à realidade dos factos;

4 — alguns populares tiveram parte activa no movimento, mas que a população em geral manteve-se expectante... o que está certo;

5 — havia grande indecisão quanto aos objectivos a alcançar pelos revoltosos após a proclamação da República... o que assim foi;

6 — Os primeiros tiros que desencadearam o combate são provenientes dos revoltosos... o que está por provar, uma vez que, segundo outros testemunhos, teria sido a guarda municipal a efectuar a primeira descarga, com ou sem aviso prévio;

7 — os revoltosos após o combate da rua de Santo António recuaram para o edifício da câmara municipal, bombardeado em seguida e por fim abandonado... o que é ainda verdade.

O *Jornal de Notícias* fornece-nos assim uma reportagem objectiva e pormenorizada dos acontecimentos, se bem que tente sugerir que os republicanos civis apareceram apenas à última hora e que o sangrento combate foi iniciado pelos insurrectos.

² Actualizamos a ortografia do jornal e as citações que fazemos do mesmo.

6. A leitura da revolta

Em artigos de fundo e em ligeiros comentários o *Jornal de Notícias* apresenta ainda a sua interpretação da *sublevação militar*. Não se pode rememorar «facto tão contristador tão aterrador», como aquele que a cidade presenciou a 31 de Janeiro. Não se tratou de uma luta política, nem de um motim popular, mas sim de uma sublevação militar com o pânico das descargas, o horror do tiroteio, o espectáculo horrível dos feridos e dos mortos provocados por esta luta fratricida.

O quotidiano considera que o descontentamento provocado entre os sargentos, em virtude de apenas os sargentos aspirantes terem sido promovidos a oficiais, tinha sido a causa da sedição e que os republicanos se tinham aproveitado daquele movimento, retirando-lhe a sua feição exclusivamente militar, e colocando-o ao serviço de interesses políticos revolucionários e subversivos.

A população da cidade manteve-se alheia a quaisquer manifestações de carácter político. Durante a revolta, os operários não faltaram ao trabalho, não abandonaram os seus ofícios, não aplaudiram os insurrectos, afastaram-se do teatro de combate, e recolheram silenciosos a casa, não sendo, pois, de estranhar que não houvesse operários entre os indivíduos pronunciados.

O *Jornal de Notícias* coloca-se ao lado do governo, a quem dá o seu apoio incondicional e dedicado, e aplaude o procedimento enérgico do governador civil do Porto.

A revolta do Porto é um «crime», a bandeira desfraldada no edifício da câmara, «um símbolo de ódio».

Traçando os perfis dos chefes da insurreição, e dos seus principais «cúmplices», considera Santos Cardoso um intriguista de baixo carácter, o capitão Leitão uma vítima de boa fé, um desgraçado, Alves Veiga um orador de comícios, o alferes Malheiro um ambicioso da celebridade, João Chagas um repórter de folhas monárquicas que, de um dia para o outro apareceu a escrever artigos revolucionários, mas que soube manter a dignidade no julgamento que se seguiu, e Miguel Verdial um desequilibrado, um actor de teatro medíocre.

O movimento da revolta do Porto, continua o periódico, não teve o apoio dos republicanos de Lisboa, achando-se deste modo dividido em dois grupos o Partido Republicano, um subordinado às leis, e o outro conjurando na sombra, traiçoeiramente. Mas, posteriormente, senhor de novas informações, o *Jornal de Notícias* esclarece que a insurreição foi alimentada por dinheiros vindos de Lisboa e combinada com elementos republicanos de várias zonas do País. Em qualquer dos casos, os chefes republicanos que então renegavam os processos e intentos dos agitadores

do Porto, mas que sabiam dos preparativos da revolta, seriam os primeiros a aproveitar-se do levantamento se o mesmo tivesse sucesso.

A revolta foi um atentado e uma tragédia. Se triunfasse expor-nos-ia a uma absorção pela Espanha, limitaria o direito de reclamarmos as nossas possessões ultramarinas, e finalmente, desencadearia uma extraordinária crise económica.

Se a evolução ninguém a impedia, conclui a folha, a revolução ninguém a queria.

Na verdade, o Porto não queria uma revolução, nem a mudança do regime.

O ideal republicano, como escreveu João Chagas, não se tinha ainda apoderado da alma popular.

Pouco depois, o *Jornal de Notícias* vai efectuar a cobertura do julgamento dos revoltosos, para o que se viu obrigado a aumentar o pessoal da redacção. Mas isso é já outra história...

O que importa sublinhar neste momento é que o *Jornal de Notícias* embora sendo um periódico monárquico, nos fornece uma descrição objectiva da revolta de 31 de Janeiro de 1891 e que a sua leitura da insurreição, embora crítica, se mostra, apesar de tudo, digna de reflexão.

Tentando compreender os acontecimentos, nunca o *Quotidiano*, ao contrário do que aconteceu com outros jornais, pediu a cabeça dos revoltosos ou revelou um facciosismo estreme.

Pelo contrário, rapidamente o *Jornal de Notícias* passou da crítica à compreensão, reforçando os apelos à clemência para com os responsáveis da sublevação militar de 31 de Janeiro de 1891... a qual, diga-se de passagem, «encerra o ciclo revolucionário do Porto Oitocentista», esgota as potencialidades revolucionárias da capital do Norte³. E o *Jornal de Notícias*, em 1891, entendeu bem essa realidade...

³ Fernando de Sousa, *O Porto e a revolta de 31 de Janeiro*, Porto, Livraria Athena, 1977.